



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Processo n.º: 21.286/19-e.

Jurisdicionadas: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura – SODF.

Assunto: Licitação.

Valor estimado: R\$ 26.043.415,11.

Data prevista de abertura: Suspensa.

Fundamento para não inclusão em pauta: art. 116, § 5º, inciso V, do RI/TCDF.

Ementa: Edital de Concorrência n.º 11/20-ASCAL/PRES/NOVACAP. Contratação de serviços de empresa de engenharia para execução do viaduto localizado na Interseção entre a Rodovia DF-011, Estrada Parque Indústrias Gráficas (EPIG) e o Parque da Cidade/Setor Sudoeste – Brasília RA-I e Sudoeste – RA-XXII, devidamente especificado no Edital e seus anexos. Despacho Singular n.º 216/20-GCMA, referendado pela Decisão n.º 3.404/20. Conhecimento do Edital. Autorização para continuidade do certame condicionada à adoção de medidas corretivas. **Nesta fase:** análise do cumprimento da diligência. Unidade instrutiva sugere ao Tribunal que considere as justificativas apresentadas pela Secretaria de Obras suficientes para a manutenção do texto original do Edital, tornando sem efeito as diligências estabelecidas no item II do Despacho Singular n.º 216/20-GCMA; autorize a continuidade da licitação, sem embargo de emitir alerta à Novacap e à SODF, e o arquivamento do feito. Voto convergente com ajuste. Justificativas suficientes para a manutenção do texto original do Edital. Ter por prejudicadas as diligências estabelecidas no item II do DS n.º 216/20-GCMA. Continuidade da licitação. Alerta. Arquivamento do feito.

RELATÓRIO

Trata-se do exame formal do Edital de Concorrência n.º 11/20-ASCAL/PRES (peça 42), lançada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura – SODF, tendo por objeto a contratação de serviços de empresa de engenharia para execução do viaduto localizado na interseção entre a Rodovia DF-011 Estrada Parque Indústrias Gráficas (EPIG) e o Parque da Cidade/Setor Sudoeste – Brasília RA-I e Sudoeste – RA-XXII, devidamente especificado no Edital e seus anexos.

Estes autos foram autuados para cuidar inicialmente do exame do Edital de Concorrência n.º 01/19-ASCAL/PRES (peça 2), versando sobre o mesmo objeto.

Todavia, após o seu conhecimento pela Corte e suspensão do certame para adoção de medidas corretivas, seguida de deliberação na qual foi autorizado o seu prosseguimento condicionado à correção de outras falhas (Decisões n.ºs 3.386/19 e 4.151/19, peças 12 e 24, respectivamente), a Secretaria de Obras optou por sua revogação, o que foi conhecido pela Corte nos termos da Decisão n.º 2.614/20 (peça 36). Ato contínuo, houve a publicação do referido Edital de Concorrência n.º 11/20-ASCAL/PRES.

Nessa quadra, em razão de afastamento legal do Relator, Conselheiro Renato Rainha, na data de 17.08.20, por meio do Despacho Singular n.º 216/20-GCMA (peça 51), decidi:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

“I – tomar conhecimento do Edital da Concorrência nº 011/2020 - ASCAL/PRES, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e Secretaria de Obras e Infraestrutura – SODF (Peça 42, e-DOC B1066BE2-e), e do e-mail encaminhado pela jurisdicionada (Peça 45, e-DOC 45A34841-e), por meio do qual foi disponibilizado acesso ao Processo Administrativo Nº 00110-00002310/2019-01 (Associado 01);

II – determinar à Novacap e à SODF que promovam a correção das seguintes falhas verificadas no edital, encaminhando ao Tribunal a documentação comprobatória da regularização:

a) em relação ao custo de referência, corrijam o preço unitário do serviço do SINAPI (95879) “TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016;

b) em relação ao BDI de fornecimento, corrijam a dupla incidência dos tributos PIS e COFINS na formação dos preços de todos insumos asfálticos, conforme estabelecido no item II, “c.i”, da Decisão nº 3.386/2019;

III – alertar as jurisdicionadas que, caso entendam por manter o texto original, deixando de promover as alterações antes determinadas, encaminhem as justificativas pertinentes para avaliação do Tribunal, devendo o certame, nessa hipótese, ficar suspenso até ulterior deliberação, com esteio no art. 87, § 3º, da Lei nº 13.303/2016 c/c o art. 277 do RI/TCDF;

IV – autorizar:

a) a continuidade do certame após o cumprimento das diligências contidas no item II;

b) o envio de cópia deste despacho singular e da Informação n.º 141/2020-DIFLI à Novacap, à SODF e à Comissão de Licitação;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada, para os devidos fins.”

Na Sessão Ordinária n.º 5.222, de 19.08.20, essa deliberação foi ratificada pelo Colegiado, conforme a Decisão n.º 3.404/20 (peça 56).

Os autos retornaram à minha relatoria temporária para deliberar sobre a continuidade da licitação, tendo em conta a manifestação da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura – SODF contida no Ofício SEI-GDF nº 1.745/20-SODF/GAB/ASSESP (peça 61), observando-se, para tanto, o pronunciamento da Secretaria de Fiscalização Especializada – Sespe, que analisou a matéria nos termos da Informação n.º 200/20-DIFLI (peça 66), a saber:

“3. Com o intuito de justificar a manutenção do texto original, a Secretaria de Obras apresentou o Ofício SEI-GDF nº 1745/2020 – SODF/GAB/ASSESP (peça 61, e-DOC 6FCECCE9-e) com sua fundamentação, encaminhando conjuntamente cópia da ata de suspensão do certame (peça 60, e-DOC 6A9E8BF7-e).

4. A jurisdicionada pondera que o custo de referência do serviço SINAPI (95879) “Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km (unidade: txkm) AF_12/2016” tem como base a tabela SINAPIset/2019 e que para utilizar a tabela SINAPI de 2020 será necessário atualizar todo o orçamento e submetê-lo a nova avaliação do órgão financiador CEF (Caixa Econômica Federal). Assim solicitou a esta Corte a manutenção da data-base de setembro/2019 como referência (peça 61), reconsiderando a diligência estabelecida no item II, “a”, do Despacho Singular nº 216/2020-GCMA.

5. Quanto ao BDI de fornecimento de insumos asfálticos, a Secretaria entende que as duas provisões para PIS e o COFINS decorrem do caráter cumulativo de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

apuração desses tributos, sob respaldo da Lei nº 10.637/2002 e Lei nº 10.883/2003, Resolução nº 35/2016 – Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis e Portaria nº 1.977/2017-DNIT (peça 61). Com isso, pede a esse Tribunal que autorize a continuidade do certame com os elementos originais reformando o item II, “b”, Despacho Singular nº 216/2020-GCMA.

Análise

6. Nossa análise sobre a manutenção da data-base SINAPI-set/2019 como referência para as estimativas de preços levou a concluir pela razoabilidade do pedido, tendo em vista que no todo não haverá mudanças expressivas, cabendo o alerta, entretanto, quanto ao necessário controle dos serviços medidos, seja pra prevenir o pagamento por serviços não executados, seja para rejeitar aditivos desarrazoados, caso, eventualmente, venha a ocorrer jogo de planilhas nesse item, o que poderia mostrar-se desvantajoso para a Administração.

7. Quanto ao caráter cumulativo da tributação de PIS/PASEP e COFINS, que teria gerado o cômputo desses tributos tanto nas transações da Distribuidora para a Contratada quanto nas da Contratada para a Administração, entendemos como plausível sua fórmula de estimativa, mesmo considerando os inúmeros regimes tributários disponíveis às empresas.

8. Este corpo técnico, quando da elaboração da Informação nº 226/19DIFLI, desenvolveu esse achado da possível reincidência cumulativa de tributos na estimativa de valores para a CC nº 01/2019-ASCAL/PRES com os seguintes termos (p. 16 da peça 08, e-DOC: 19DBBE82-e):

“41. Especificamente em relação aos insumos asfálticos, a já citada Portaria nº 1.977/2017 do DNIT, que regulamenta a formação de custos desses materiais, disciplina que:

Art. 2º Os produtos asfálticos terão seus preços de referência para aquisição definidos em função do acompanhamento de distribuição de asfaltos realizado pela ANP em seu endereço eletrônico, por unidade da federação, acrescidos das respectivas alíquotas de ICMS, PIS/Pasep, COFINS e BDI diferenciado, função este da desoneração da mão de obra e da eventual inclusão da parcela de Contribuição Previdenciária sobre a Renda Bruta - CPRB.

42. Diante dessa instrução, as jurisdicionadas elaboraram os custos de referência dos insumos asfálticos, conforme se verifica, por exemplo, na composição do “CIMENTO ASFALTICO DE PETROLEO A GRANEL (CAP) 30/45” (fls. 217 da Peça nº. 06 e-DOC: 53EBCFF5-e), em que é indicada a incidência dos tributos COFINS, PIS e ICMS.

Estudo Comparativo - Material Betuminoso - CAP 30-45

<table><tr><td rowspan="3">IMPOSTOS</td><td>COFINS</td><td>3%</td></tr><tr><td>PIS</td><td>0,65%</td></tr><tr><td>ICMS</td><td>18%</td></tr></table>						IMPOSTOS	COFINS	3%	PIS	0,65%	ICMS	18%
IMPOSTOS	COFINS	3%										
	PIS	0,65%										
	ICMS	18%										
(R\$/Kg)	CUSTO ANP	IMPOSTOS DO PRODUTO	CUSTO DO PRODUTO COM IMPOSTOS	DMT's	CUSTO DO TRANSPORTE RODOVIA PAVIMENTADA							

43. No entanto, verificamos que o PIS e o COFINS voltam a incidir novamente sobre o valor de referência após a aplicação do BDI, pois integram sua composição, vejamos (fls. 120 da Peça nº. 06 e-DOC: 53EBCFF5-e):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

COMPONENTES DO BDI		
AC	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,50%
S + G	TAXA DE SEGUROS E GARANTIAS	0,30%
R	TAXA DE RISCOS	0,56%
DF	TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	0,85%
L	TAXA DE LUCRO	3,50%
T	TAXA DE INCIDÊNCIA DOS TRIBUTOS	4,65%
	PIS	1,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	
	CPRB (REGIME DE DESONERAÇÃO)	
$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$		12,05%

9. A nova estimativa de preços elaborada pelas jurisdicionadas, agora para a CC nº 11/2020 – NOVACAP, ajustou a alíquota do PIS, em obediência ao Item II, “c.ii”, da Decisão nº 3.386/2019, mantendo a dupla incidência da COFINS e PIS identificada anteriormente (p. 2455 e 2.534 do associado 01)

PLANILHA PARA CÁLCULO DO BDI (Acórdão TCU nº 2622/2013)		
TIPO DE OBRA / SERVIÇO		
FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS		
REGIME DE DESONERAÇÃO SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO		
Sem Desoneração		
COMPONENTES DO BDI		
AC	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1,66%
S + G	TAXA DE SEGUROS E GARANTIAS	0,31%
R	TAXA DE RISCOS	0,57%
DF	TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS	0,86%
L	TAXA DE LUCRO	3,50%
T	TAXA DE INCIDÊNCIA DOS TRIBUTOS	3,65%
	PIS	0,65%
	COFINS	3,00%
	ISS	
	CPRB (REGIME DE DESONERAÇÃO)	
$BDI = \frac{(1 + (AC + R + S + G))(1 + DF)(1 + L)}{(1 - T)} - 1$		11,10%

ORIENTAÇÕES			
VALORES REFERENCIAIS DOS COMPONENTES			
1º QUARTIL	MÉDIO	3º QUARTIL	
1,50%	3,45%	4,49%	
0,30%	0,48%	0,82%	
0,56%	0,85%	0,89%	
0,85%	0,88%	1,11%	
3,50%	5,11%	6,22%	
Reg. cumulativo = 0,65% (Obras)			
Reg. não cumulativo = 1,65% (Projetos)			
Reg. cumulativo = 3,00% (Obras)			
Reg. não cumulativo = 7,50% (Projetos)			
1,00% a 5,00% (de acordo com legislação municipal)			
4,50% somente no regime de desoneração			

Estudo Comparativo - Material Betuminoso - CAP 30-45				
IMPOSTOS		COFINS	3%	
		PIS	0,65%	
		ICMS	18%	
(R\$/Kg)	CUSTO ANP	IMPOSTOS DO PRODUTO	CUSTO DO PRODUTO COM IMPOSTOS	DMT's
				CUSTO DO TRANSPORTE RODOVIA PAVIMENTADA

10. Consultando a Lei nº 10.637/2002 que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança do PIS/PASEP e a Lei nº 10.883/2003, não cumulatividade da CONFIS, observamos como principal diferença na majoração das alíquotas (7,6% CONFIS e 1,65% PIS/PASEP) a possibilidade de desconto dos créditos calculados em relação a bens adquiridos para revenda.

11. Entretanto, a apuração da COFINS e PIS/PASEP permanece cumulativa para as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, por força do inciso XX do art. 10 e inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833/03. Sendo que o conceito de obras de construção civil engloba as construções de estradas, viaduto e pavimentação, conforme Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 10, de 30 de setembro de 2014 e Ato Declaratório Normativo Cosit nº 30, de 13 de outubro de 1999.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Conclusão

12. Desse modo, entendemos que as justificativas apresentadas pela jurisdicionada foram suficientes para a manutenção do texto original desse feito, permitindo a esta Corte que reconsidere as diligências contidas no item II do Despacho Singular nº 216/2020-GCMA. Suas ponderações podem ser consideradas plausíveis quanto à manutenção da estimativa de preços para o serviço SINAPI (95879) “Transporte com caminhão basculante de 14 m³, em via urbana pavimentada, DMT até 30 km (unidade: txkm) AF_12/2016” tendo como data-base a tabela SINAPIset/2019 e ao emprego da incidência cumulativa dos tributos PIS e COFINS na formação dos preços de insumos asfálticos. Resta, apenas, o necessário alerta contra o pagamento por serviços não executados e aditivos desarrazoados desvantajosos para a Administração.

13. Considerando que as medidas cabíveis ao feito esgotam-se com a presente informação, propomos o retorno dos autos a esta Secretaria de Fiscalização Especializada para fins de arquivamento, sem prejuízo de averiguações posteriores.”

Diante do exposto, sugeriu ao egrégio Plenário que:

“I – tome conhecimento do Ofício SEI-GDF nº 1745/2020 – SODF/GAB/ASSESP (peça 61, e-DOC 6FCECCE9-e) e cópia da Ata de Suspensão do certame (peça 60, e-DOC 6A9E8BF7-e), encaminhados em atendimento ao item III da Despacho Singular nº 216/2020-GCMA (peça 51, e-DOC A0011F56-e), referendado pela Decisão nº 3404/2020 (peça 56, e-DOC 0495B8E7-e);

II – considere as justificativas apresentadas pelas Jurisdicionadas suficientes para manutenção do texto original do Edital, tornando sem efeito as diligências estabelecidas no item II do Despacho Singular nº 216/2020-GCMA;

III – autorize:

a) a NOVACAP e a SODF a promoverem a continuidade da Concorrência nº 11/2020 - ASCAL/PRES/NOVACAP, alertando-as quanto ao necessário controle dos serviços medidos como salvaguarda contra o pagamento por serviços não executados e, também, para rejeitar aditivos desarrazoados, com eventual jogo de planilhas, que se mostrem desvantajosos para a Administração;

b) o envio de cópia da Decisão que vier a ser adotada pelo Plenário, do voto condutor e dessa informação à NOVACAP, à SODF e ao Chefe da Ascal/Pres, responsável pelo certame;

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada – SESPE para arquivamento, sem prejuízo de averiguações posteriores.”

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

VOTO

Trata-se do exame formal do Edital de Concorrência n.º 11/20-ASCAL/PRES (peça 42), lançada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura – SODF, tendo por objeto a contratação de serviços de empresa de engenharia para execução do viaduto localizado na interseção entre a Rodovia DF-011 Estrada Parque Indústrias Gráficas (EPIG) e o Parque da Cidade/Setor Sudoeste – Brasília RA-I e Sudoeste – RA-XXII, devidamente especificado no Edital e seus anexos.

Estes autos foram autuados para cuidar inicialmente do exame do Edital de Concorrência n.º 01/19-ASCAL/PRES (peça 2), versando sobre o mesmo objeto.

Todavia, após o seu conhecimento pela Corte e suspensão do certame para adoção de medidas corretivas, seguida de deliberação na qual foi autorizado o seu prosseguimento condicionado à correção de outras falhas (Decisões n.ºs 3.386/19 e 4.151/19, peças 12 e 24, respectivamente), a Secretaria de Obras optou por sua revogação, o que foi conhecido pela Corte nos termos da Decisão n.º 2.614/20 (peça 36).

Ato contínuo, houve a publicação do referido Edital de Concorrência n.º 11/20-ASCAL/PRES.

Nessa quadra, em razão de afastamento legal do Relator, Conselheiro Renato Rainha, na data de 17.08.20, por meio do Despacho Singular n.º 216/20-GCMA (peça 51), decidi:

“I – tomar conhecimento do Edital da Concorrência nº 011/2020 - ASCAL/PRES, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap e Secretaria de Obras e Infraestrutura – SODF (Peça 42, e-DOC B1066BE2-e), e do e-mail encaminhado pela jurisdicionada (Peça 45, e-DOC 45A34841-e), por meio do qual foi disponibilizado acesso ao Processo Administrativo Nº 00110-00002310/2019-01 (Associado 01);

II – determinar à Novacap e à SODF que promovam a correção das seguintes falhas verificadas no edital, encaminhando ao Tribunal a documentação comprobatória da regularização:

a) em relação ao custo de referência, corrijam o preço unitário do serviço do SINAPI (95879) “TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 14 M3, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM (UNIDADE: TXKM). AF_12/2016;

b) em relação ao BDI de fornecimento, corrijam a dupla incidência dos tributos PIS e COFINS na formação dos preços de todos insumos asfálticos, conforme estabelecido no item II, “c.i”, da Decisão nº 3.386/2019;

III – alertar as jurisdicionadas que, caso entendam por manter o texto original, deixando de promover as alterações antes determinadas, encaminhem as justificativas pertinentes para avaliação do Tribunal, devendo o certame, nessa hipótese, ficar suspenso até ulterior deliberação, com esteio no art. 87, § 3º, da Lei nº 13.303/2016 c/c o art. 277 do RI/TCDF;

IV – autorizar:

a) a continuidade do certame após o cumprimento das diligências contidas no item II;

b) o envio de cópia deste despacho singular e da Informação n.º 141/2020-DIFLI à Novacap, à SODF e à Comissão de Licitação;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada, para os devidos fins.”

Na Sessão Ordinária n.º 5.222, de 19.08.20, essa deliberação foi ratificada pelo Colegiado, conforme a Decisão n.º 3.404/20 (peça 56).

Em atendimento, aportou o Ofício SEI-GDF n.º 1.745/20-SODF/GAB/ASSESP (peça 61), mediante o qual a Secretaria de Obras, com arrimo no item III do DS n.º 216/20-GCMA, entendeu por manter o texto original e encaminhar as justificativas pertinentes para avaliação do Tribunal, publicando ato para suspensão do certame até ulterior deliberação.

A unidade instrutiva, por intermédio da Informação n.º 200/20-DIFLI (peça 66), entendeu razoável o pedido da SODF para manutenção da data-base Sinapi-set/2019 como referência para as estimativas de preços, *“tendo em vista que no todo não haverá mudanças expressivas (...)”*.

Nada obstante, teve por adequado alertar a Novacap e a SODF *“quanto ao necessário controle dos serviços medidos, seja pra prevenir o pagamento por serviços não executados, seja para rejeitar aditivos desarrazoados, caso, eventualmente, venha a ocorrer jogo de planilhas nesse item, o que poderia mostrar-se desvantajoso para a Administração”*.

Consignou, em relação ao caráter cumulativo da tributação de Pis/Pasep e Cofins, que teria gerado o cômputo desses tributos tanto nas transações da Distribuidora para a Contratada quanto nas da Contratada para a Administração, ser *“plausível sua fórmula de estimativa (...)”*, trazendo ainda as seguintes explicações:

10. Consultando a Lei nº 10.637/2002 que dispõe sobre a não cumulatividade na cobrança do PIS/PASEP e a Lei nº 10.883/2003, não cumulatividade da CONFIS, observamos como principal diferença na majoração das alíquotas (7,6% CONFIS e 1,65% PIS/PASEP) a possibilidade de desconto dos créditos calculados em relação a bens adquiridos para revenda.

11. Entretanto, a apuração da COFINS e PIS/PASEP permanece cumulativa para as receitas decorrentes da execução por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, por força do inciso XX do art. 10 e inciso V do art. 15 da Lei nº 10.833/03. Sendo que o conceito de obras de construção civil engloba as construções de estradas, viaduto e pavimentação, conforme Ato Declaratório Interpretativo RFB nº 10, de 30 de setembro de 2014 e Ato Declaratório Normativo Cosit nº 30, de 13 de outubro de 1999. (Grifei)

Salientou, assim, que a *“nova estimativa de preços elaborada pelas jurisdicionadas, agora para a CC nº 11/2020 – NOVACAP, ajustou a alíquota do PIS, em obediência ao Item II, “c.ii”, da Decisão nº 3.386/2019, mantendo a dupla incidência da COFINS e PIS identificada anteriormente (...)”*.

Nesse sentido, sugeriu ao Tribunal que considere as justificativas apresentadas suficientes para a manutenção do texto original do Edital, tornando sem efeito as diligências estabelecidas no item II do DS n.º 216/20-GCMA; a continuidade da Concorrência n.º 11/20-ASCAL/PRES; alerte à Novacap e à SODF quanto ao necessário controle dos serviços medidos como salvaguarda contra o pagamento por serviços não executados e, também, para rejeitar aditivos desarrazoados, com eventual jogo de planilhas, que se mostrem desvantajosos para a Administração; e autorize o arquivamento dos autos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Em função de afastamento legal do eminente Relator, os autos retornaram à minha relatoria temporária.

De antemão, observo que, com arrimo no item III do DS n.º 216/20-GCMA, a Secretaria de Obras entendeu por manter o texto original e encaminhar as justificativas pertinentes para avaliação do Tribunal, publicando ato para suspensão do certame até ulterior deliberação.

Após compulsar as referidas justificativas e as ponderações lançadas pela SODF com a profundidade requerida, em relação ao **item II.a do DS n.º 216/20-GCMA**, alinho-me à conclusão da Unidade Técnica no sentido de ser razoável o pedido para manutenção da data-base Sinapi-set/2019 como referência para as estimativas de preços, *“tendo em vista que no todo não haverá mudanças expressivas (...)”*, considerando, ainda, uma informação de cunho prático reportada pela jurisdicionada, de que, caso seja determinada a utilização da tabela 2020, *“seria imprescindível alterar a data base de todo o orçamento o que acarretaria nova avaliação pelo órgão financiador, CEF (Caixa Econômica Federal)”* (fl. 01 da peça 61).

No que se refere à correção da dupla incidência dos tributos Pis e Cofins na formação dos preços de todos os insumos asfálticos (**item II.b do DS n.º 216/20-GCMA**), concordo com a sugestão técnica de considerar plausível a sua fórmula de estimativa.

Adicionalmente, saliento que a jurisdicionada fez referência, dentre outros fundamentos, à Portaria Dnit n.º 1.977, de 25 de outubro de 2017, por meio da qual aquele Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte resolveu que os produtos asfálticos terão seus preços de referência para aquisição definidos em função do acompanhamento de distribuição de asfaltos realizado pela ANP, acrescidos das respectivas alíquotas de ICMS, Pis/Cofins e BDI diferenciado.

Em assentada pretérita, quando ainda se examinava o Edital de Concorrência n.º 01/19-ASCAL/PRES, o Relator original acolheu as justificativas apresentadas pela SODF sobre esse aspecto, considerando elidida a determinação feita no item II.c.i da Decisão n.º 3.386/19¹ (fundamento do item II.b do DS n.º 216/20-GCMA), sopesando, além do contido na Portaria Dnit n.º 1.977/17, deliberação do Tribunal de Contas da União – TCU. Com efeito, Sua Excelência anotou:

*“Com relação ao **item II.c.i**, no tocante à correção da dupla incidência dos tributos PIS e COFINS na formação dos preços de todos os insumos asfálticos, a jurisdicionada faz alusão à Portaria nº 1977 do DNIT, de 25 de outubro de 2017, por meio da qual aquele Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte resolveu que os produtos asfálticos terão seus preços de referência para aquisição definidos em função do acompanhamento de distribuição de asfaltos realizado pela ANP, acrescidos das respectivas alíquotas de ICMS, PIS/COFINS e BDI diferenciado.*

A jurisdicionada, também, faz menção ao Acórdão nº 2622/2013-TCU, no sentido de que das taxas de BDI ali indicadas, conclui-se que a utilizada no certame em foco, considerando o valor global, considera suprido este item.

A propósito, no voto condutor que deu ensejo ao Acórdão nº 2622/2013-TCU, o eminente Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA assim se manifestou, conforme transcrevo com grifos meus:

(omissis)

¹ “II - considere em relação à Decisão nº 3386/2019: a) elididas as determinações feitas nos itens “II.c.i” e “II.d”; (...)”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

Nesse sentido, considerando que a Unidade Técnica assevera que o índice aplicado de 11,10 % é aceitável, concordo com suas conclusões.

Nada obstante, entendo necessário determinar à Secretaria de Estado de Obras e à NOVACAP que, para futuras licitações, revisem a composição do BDI para os insumos asfálticos que, em decorrência da Portaria nº 1.977/2017 do DNIT, contenham acréscimos de tributos (ICMS, PIS/Pasep e COFINS), considerando também que esse BDI diferenciado é aquele que deve incidir sobre os custos desses insumos.”

Portanto, uma vez que as justificativas apresentadas se mostram suficientes para a manutenção do texto original do Edital, saneando o feito na forma delineada pela instrução, devem ser consideradas prejudicadas as diligências estabelecidas no item II do DS n.º 216/20-GCMA.

Com relação ao alerta sugerido, a princípio o consideraria despiciendo, por se tratar de poder-dever do gestor no acompanhamento da execução contratual, ao qual deve estar atento por dever de ofício, sob pena de eventualmente vir a ser responsabilizado.

Nada obstante, dentro de uma perspectiva preventiva e pedagógica, e dada a magnitude do valor previsto para a contratação (R\$ 26.043.415,11), caminhará bem o Tribunal ao alertar a Novacap e a SODF quanto ao necessário controle dos serviços medidos como salvaguarda contra o pagamento por serviços não executados e, também, para rejeitar aditivos desarrazoados, com eventual jogo de planilhas, que se mostrem desvantajosos para a Administração.

Sendo assim, inexistindo óbice à continuidade da Concorrência n.º 11/20-ASCAL/PRES, e nada mais havendo a tratar, o arquivamento do feito é medida adequada.

Ante o exposto, incorporando às minhas razões de decidir os fundamentos lançados na Informação n.º 200/20-DIFLI, com o ajuste que faço, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

I – tome conhecimento do Ofício SEI-GDF n.º 1.745/20-SODF/GAB/ASSESP (peça 61) e da cópia da Ata de Suspensão do certame (peça 60), encaminhados em atendimento ao item III da Despacho Singular n.º 216/20-GCMA (peça 51), referendado pela Decisão n.º 3.404/20 (peça 56);

II – considere as justificativas apresentadas suficientes para a manutenção do texto original do Edital, tendo por prejudicadas as diligências estabelecidas no item II do Despacho Singular n.º 216/20-GCMA;

III – autorize:

a) a Novacap e a SODF a promoverem a continuidade da Concorrência n.º 11/20-ASCAL/PRES, alertando-as quanto ao necessário controle dos serviços medidos como salvaguarda contra o pagamento por serviços não executados e, também, para rejeitar aditivos desarrazoados, com eventual jogo de planilhas, que se mostrem desvantajosos para a Administração;

b) o envio de cópia desta decisão e do Relatório/Voto à Novacap, à SODF e ao Chefe da ASCAL/PRES, responsável pelo certame;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete do Conselheiro Manoel de Andrade

c) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização Especializada –
Sespe para os devidos fins e posterior arquivamento.

Brasília, em 4 de novembro de 2020.

MANOEL DE ANDRADE
Relator